

Comunicado Final da Cúpula Youth 20 Brasil 2024

Preâmbulo

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2024

Entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, na cidade do Rio de Janeiro, jovens representantes dos países membros do G20, juntamente com representantes de países convidados e observadores, se reuniram para o Youth 20 (Y20), um dos mais importantes grupos de engajamento do G20. Liderados pela juventude brasileira, empreendemos um esforço coletivo em cinco trilhas políticas para desenvolver as seguintes propostas, representando a juventude e instando os líderes do G20 a adotá-las.

Os temas discutidos incluíram mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e transição energética; inovação e o futuro do trabalho; reforma do sistema de governança global; inclusão e diversidade; e combate à fome, pobreza e desigualdade. A escolha desses temas pela presidência brasileira reflete uma estratégia de alta relevância e impacto, alinhada com as prioridades globais e as necessidades urgentes da sociedade contemporânea.

A ênfase em mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e transição energética é particularmente relevante no contexto brasileiro, dado o papel vital da Amazônia para a estabilidade climática global e os recentes desafios ambientais. Os jovens do G20 reafirmam a necessidade de soluções inovadoras e sustentáveis que preservem o meio ambiente e promovam um futuro mais resiliente e seguro para todos.

A discussão sobre inovação e o futuro do trabalho aborda as preocupações legítimas dos jovens em relação ao desemprego e à insegurança no emprego. Este tópico é crucial para explorar como as tecnologias emergentes podem criar novas oportunidades e garantir um mercado de trabalho mais equitativo e dinâmico. As propostas formuladas visam preparar a próxima geração para enfrentar os desafios econômicos futuros e garantir o desenvolvimento tecnológico inclusivo.

A Reforma do Sistema de Governança Global foi identificada como uma área crucial para a contribuição dos jovens. Os jovens do G20 destacaram a urgência de uma governança internacional mais inclusiva e representativa que reflita as necessidades das economias emergentes e das gerações futuras. Esta reforma é essencial para garantir um processo de tomada de decisão global mais eficiente e justo.

Inclusão e diversidade foram temas centrais da cúpula, refletindo a riqueza cultural e demográfica dos participantes. Os jovens do G20 enfatizaram a importância de garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que as políticas globais sejam justas e representativas de diversas experiências e perspectivas globais.

O combate à fome, à pobreza e à desigualdade também foi um foco das discussões. Apesar do progresso feito, os jovens destacaram a necessidade urgente de promover a segurança alimentar e reduzir as disparidades socioeconômicas. As estratégias propostas visam abordar esses desafios críticos e promover um futuro mais justo e equitativo.

Ao selecionar esses temas, a presidência brasileira demonstrou um forte compromisso em incluir as perspectivas dos jovens e integrar essas vozes nas discussões globais. Os jovens do G20 reafirmam sua disposição de colaborar na formulação de políticas que abordem esses desafios e contribuam para um futuro sustentável e justo para todos.

Propostas transversais

1. Realizar uma revisão das alavancas fiscais disponíveis para reduzir as lacunas de riqueza e financiar a inclusão e o empoderamento dos jovens, de acordo com as regulamentações e estruturas nacionais dos Estados-Membros: isso pode incluir a promoção de políticas fiscais mais progressivas; uma estrutura para construir culturas de conformidade fiscal; cooperação internacional para lidar com a evasão fiscal; e a alocação de receita para subsídios aos jovens.
2. Reconhecer o impacto desproporcional da pobreza nas mulheres, aumentar o empoderamento econômico, priorizar as mulheres, juntamente com pessoas em situações vulneráveis, fornecendo programas de treinamento específicos do setor que incluem suporte à busca de emprego e abordando as disparidades salariais e previdenciárias por meio de parcerias público-privadas.
3. Estabelecer uma definição e status internacional para "refugiados climáticos", conforme reconhecido pela ONU. Solicitar que os governos avaliem suas exposições a riscos relacionados ao clima e desenvolvam estratégias nacionais [identificação de zonas de maior risco climático e criação de planos de realocação antecipados] para aceitar e apoiar refugiados climáticos, incluindo deslocamentos internos.
4. Garantir que o conhecimento ambiental contextual seja integrado à educação primária, secundária e outras formas de educação ao longo da vida e participação social, enfatizando o sistema socioecológico, priorizando os efeitos sobre aqueles com maior risco de desastres e desafios de saúde relacionados ao clima. Capacitar os jovens a combater a ansiedade climática e a desinformação por meio da regulamentação de alegações verdes nas comunicações e por meio de informações acessíveis e tradução do conhecimento de relatórios científicos.

5. A proposta se concentra na criação de um Fundo para a Juventude, projetado para enfrentar uma série de desafios enfrentados pelos jovens em todo o mundo. Este fundo servirá como um recurso financeiro crítico com o objetivo de melhorar o acesso a serviços essenciais, especialmente na educação, e fornecer oportunidades para capacitação e desenvolvimento de liderança. Semelhante à Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, este fundo busca reunir governos, organizações internacionais, ONGs e parceiros do setor privado em um esforço coordenado para capacitar os jovens.
6. Instamos os líderes do G20 a destacar a inclusão de mulheres jovens, indígenas, pessoas com deficiência e pessoas vulneráveis na agenda de governança global. A incorporação de suas vozes na agenda política é crucial para criar uma governança global mais inclusiva para todos.
7. Investir e promover o desenvolvimento e uso de inovações e tecnologias emergentes, principalmente para a paz, impacto social, sustentabilidade e redução de desigualdades, ao mesmo tempo em que previne sua implantação em guerras e atividades que podem minar a confiança e a coesão social dentro das sociedades e prejudicar o meio ambiente.
8. Promover transparência e justiça em algoritmos salariais na prevenção da exploração de trabalhadores. Isso inclui a defesa contra discriminação por lesões, salvaguardar funcionários contra perdas de empregos, usar Inteligência Artificial para facilitar a qualificação e o estabelecimento de caminhos de migração com acesso aos vistos associados necessários.

Propostas Tracks do Y20 Summit

1. COMBATE À FOME, POBREZA E DESIGUALDADE

Centenas de milhões de pessoas precisam de assistência urgente com segurança alimentar e nutricional e o número aumenta a cada ano, e mais de 333 milhões de crianças vivem em pobreza absoluta. Em 2023, quase 500 milhões de pessoas viveram com menos de US\$2,15 por dia.¹ É ainda mais importante agir agora, especialmente considerando que os eventos recentes atrasaram o progresso internacional, resultando no aumento da pobreza global pela primeira vez em décadas.

Reconhecemos a importância de garantir que os programas de cooperação global para lidar com a fome, a pobreza e a desigualdade sejam orientados por dados e transparentes, com foco na sustentabilidade e no empoderamento das comunidades locais abordando pessoas em situações vulneráveis. Incentivamos o monitoramento consistente e

¹ Atualização trimestral do Banco Mundial para a Plataforma de Pobreza e Desigualdade (PIP). A linha global de pobreza extrema é de \$2,15 por pessoa por dia.

colaborativo dos resultados, incluindo cadeia de suprimentos ética e compensação justa, para elevar as condições de vida, melhorar a saúde e reforçar a segurança alimentar, especialmente em economias emergentes.

Nós, o Y20, convocamos os líderes do G20 a:

1. Criar ou melhorar programas de alimentação escolar em seus países para fornecer alimentos saudáveis e nutritivos a todas as crianças em idade escolar, com foco na produção e consumo sustentáveis, e apoiar intervenções políticas, como o Programa de Refeições Escolares, na cesta de políticas da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.²
2. Garantir que programas de segurança social alimentar, em coordenação com iniciativas civis pré-estabelecidas, forneçam suporte básico para pessoas em situações vulneráveis. As ações podem incluir formas resgatáveis de moeda, como vouchers, comprometendo-se a melhorar o acesso a alimentos nutritivos e, quando apropriado, produzidos localmente, e avaliar o sucesso por meio de ferramentas orientadas por dados.
3. Garantir padrões de sustentabilidade ambiental e acessibilidade nas cadeias de suprimento de alimentos, fornecendo suporte financeiro e estrutural para pequenos agricultores comprarem um suprimento contínuo de produtos agrícolas e maquinário não prejudiciais; garantindo condições equitativas nos mercados agrícolas internacionais, especialmente oligopólios e oligopsônios.
4. Reconhecer que o setor agrícola pode ser um caminho para sair da pobreza, investindo em treinamento e capacitação de jovens no setor agrícola, abordando, entre outras, práticas como agricultura sustentável e regenerativa, alavancando tecnologia e conscientizando sobre padrões de agricultura sustentável para acompanhar os agricultores ao longo de suas carreiras.
5. Incentivar a estabilidade nas cadeias de suprimento de alimentos por meio do gerenciamento de crises, incluindo: fornecer suporte para acesso ao mercado para pessoas em situações vulneráveis; fortalecer a agricultura resiliente ao clima, os corredores marítimos e comerciais internacionais; e melhorar a infraestrutura logística.
6. Incentivar a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza a criar um Conselho de Campeões da Juventude com representantes chave da juventude com

² O Programa de Refeições Escolares da Coalizão de Refeições Escolares envolve mais de 98 países: https://schoolmealscoalition.org/wp-content/uploads/2024/07/SMC_Decl_Comm_COUNTRIES_July-2024-1.pdf. Acesso em: 14/08/2024.

representantes jovens dos principais membros da Aliança, e a criar estruturas de relatório e monitoramento que utilizem ferramentas digitais baseadas em dados para a medição e verificação eficaz das políticas implementadas, levando em consideração o feedback das comunidades locais.

7. Facilitar a distribuição equitativa de capital cultural e social para quebrar os ciclos de pobreza, tornando os programas extracurriculares acessíveis por meio de medidas escolares, como oferecer formas resgatáveis de moeda³ para serem trocadas por atividades extracurriculares e culturais e garantir acesso gratuito a centros culturais públicos⁴ para os jovens.
8. Garantir a qualidade da educação pública em todas as regiões detalhando um currículo padronizado, promovendo a cooperação global para melhorar os programas de treinamento de professores, construindo infraestrutura de tecnologia educacional para compartilhar materiais educacionais entre instituições e coortes para criar economias de escala e fornecer suporte aos professores.
9. Realizar uma revisão das estratégias e serviços de saúde para garantir serviços de saúde materno-infantil que abordam a desnutrição, serviços de saúde acessíveis para todos, especialmente em áreas desérticas médicas, e campanhas de imunização equitativas em toda a população por meio de investimentos direcionados em serviços de saúde pública; reforçando a saúde como um direito fundamental.
10. Reformar os fluxos de financiamento de ajuda internacional para: ser mais baseado em princípios, mais previsível e menos direcionado;⁵ promover soluções duráveis;⁶ e ter menos intermediários. Preencher a lacuna financeira para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 2 e 10⁷ por meio do uso de mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento para mobilizar capital privado para sua realização.
11. Reconhecer a importância do acesso contínuo à ajuda humanitária, alimentar e de emergência; sublinhar a necessidade urgente de mecanismos de responsabilização e um acesso completo, rápido, seguro e desimpedido, incluindo o levantamento de

³ Isso se refere a vouchers ou mecanismos semelhantes que sejam adequados ao contexto local. A oferta de refeições nas escolas facilita o acesso aprimorado à educação.

⁴ Incluindo, mas não se limitando a, bibliotecas, museus e instalações esportivas para acumular capital cultural.

⁵ Princípios Humanitários, conforme estabelecido no direito internacional humanitário e reafirmado pelas Resoluções 46/182 e 58/114 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

⁶ De acordo com o marco de soluções duráveis do Comitê Interagências (IASC).

⁷ De acordo com as políticas e prioridades de cada país.

bloqueios de ajuda, com foco no povo de Gaza, Sudão e República Democrática do Congo.⁸

12. Fortalecer a conformidade dos provedores de assistência ao desenvolvimento para cumprir seus compromissos previamente acordados, incluindo as metas de 0,7% do total e 0,2% de ODA/RNB para os países menos desenvolvidos;⁹ e promover estruturas de governança transparentes, responsáveis e representativas no sistema de ajuda internacional, incluindo beneficiários nos processos de tomada de decisão.
13. Reconhecer a necessidade de estabelecer e aprimorar a educação financeira dos jovens em todos os níveis de aprendizagem para aumentar a mobilidade social e reduzir a exploração durante o emprego, por meio de investimentos em programas de aprendizagem, especialmente em áreas rurais e socioeconômicas baixas, onde o risco de pobreza intergeracional pode ser alto.
14. Garantir que os programas de proteção social sejam sensíveis às necessidades dos jovens por meio do financiamento da seguridade social básica para crianças; assistência social e provisão de um salário mínimo para todos os adultos;¹⁰ assistência infantil abrangente, especialmente para mulheres e meninas jovens; e investimento em cuidados preventivos para lidar com a falta de moradia e o emprego precário dos jovens.
15. Aumentar o investimento em infraestrutura essencial resistente a desastres, incluindo água e saneamento, internet, infraestrutura energética (priorizando energia limpa), drenagem, estradas e transporte sustentável para reduzir as disparidades urbano-rurais e inter-regionais e fechar lacunas socioeconômicas a longo prazo, garantindo manutenção contínua.

2. MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Conscientes dos desafios compartilhados sem precedentes impostos pelas mudanças climáticas, colapso da biodiversidade, consumo excessivo e desigualdade econômica, estamos unidos e comprometidos em nossa determinação de impulsionar mudanças significativas e transformadoras. Afirmamos a importância de alcançar a harmonia entre a humanidade e a natureza e acelerar a transição energética justa e segura

⁸ Não se chegou a um consenso quanto aos países ou contextos específicos a serem mencionados explicitamente.

⁹ Relação entre a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) e a Renda Nacional Bruta (RNB), com 0,2% destinada aos Países Menos Desenvolvidos (PMDs).

¹⁰ Observando que não existe uma definição universalmente definida de um salário digno como conceito e que não há um valor universalmente aceito que defina tal remuneração, encorajando que isso seja considerado de acordo com as regulamentações e estruturas nacionais dos Estados Membros, levando em consideração a definição da Coalizão Global pelo Salário Digno, conforme utilizado pelo Pacto Global das Nações Unidas.

por meio dos princípios do desenvolvimento sustentável. Prometemos avançar essas metas com soluções colaborativas, inovadoras, inclusivas e impulsionadas pelos jovens, levando em consideração as respectivas capacidades dos Estados, incluindo o fardo específico da transição e as necessidades de adaptação das Pessoas e Áreas Mais Afetadas (MAPA). Como herdeiros do amanhã, instamos os Líderes do G20 a agirem na adoção dessas propostas para uma transição justa, ordenada e equitativa para um Mundo mais sustentável.

Nós, o Y20, convocamos os líderes do G20 a:

1. Política de Financiamento e Fiscal: Seguindo a abordagem do CBDR, garantir o financiamento climático e sua distribuição justa, incorporando bancos multilaterais de desenvolvimento e priorizando a necessidade [de transição], viabilidade e impacto climático em países em desenvolvimento, especialmente LDCs, LLCs e SIDs. Garantir que os compromissos de financiamento climático assumidos nas COPs sejam cumpridos a tempo por meio de maior responsabilização, especialmente aqueles de países desenvolvidos.
2. Reconhecer o papel complementar da implementação de mecanismos de troca de dívida para impulsionar a capacidade financeira de países vulneráveis que cumprem os compromissos de mitigação e adaptação ambiental.
3. Propriedade Intelectual (PI): Compartilhamento irrestrito e acesso igualitário à propriedade intelectual relacionada à tecnologia e aos processos de descarbonização por meio de mecanismos de licenciamento e troca de conhecimento. Garantir que o fácil acesso à propriedade intelectual não contradiga os direitos dos povos indígenas e grupos tradicionais de serem compensados de forma justa por sua contribuição.
4. Transparência de dados, harmonização, acessibilidade e rotulagem ambiental: Incentivar e harmonizar sistemas de coleta de dados, estruturas de padrões ambientais e bancos de dados ambientais globalmente para relatórios de sustentabilidade transparentes e rotulagem verde por meio de mecanismos como passaportes de produtos digitais acordados multilateralmente que consideram dados ESG (por exemplo, impacto ambiental, trabalho forçado, métricas de saúde).
5. Restauração da natureza e limpeza de terras: Fortalecer os esforços para acabar com o desmatamento até 2030 e a conversão de áreas naturais, e garantir que restauremos ecossistemas degradados em cooperação com comunidades indígenas e tradicionais. Financiar a conservação da natureza, usando ferramentas como pagamento por serviços ambientais.
6. Transição energética: Taxonomia de transição: Desenvolver uma taxonomia harmonizada baseada em ciência que inclua uma abordagem independente de

tecnologia, abrangendo todos os sistemas de energia. Descarbonizar fontes de energia, definir fontes de energia diferenciadas "reduzidas" e estabelecer ferramentas de redução de carbono, promovendo a cooperação triangular¹¹ para garantir a transferência de tecnologia para a transição energética.

7. Acessibilidade e segurança energética: Promover acesso universal, equitativo e confiável à energia e melhorar a eficiência e a segurança energética implantando tecnologias e metodologias como sistemas de energia descentralizados limpos, fontes de energia flexíveis de baixa emissão, tecnologias de gerenciamento de energia habilitadas por IA, cozinha limpa e estratégias bilaterais de aquisição de baixa emissão.
8. Educação de transição para empregos verdes: Acelerar a educação de transição e empregos verdes por meio de programas de qualificação/requalificação e incentivos econômicos corporativos. Promover o empreendedorismo focado na sustentabilidade estabelecendo iniciativas de capacitação, incluindo comunidades desfavorecidas. Formalizar uma estrutura para mapear habilidades relevantes para uma transição justa e criar parcerias de mobilidade de habilidades.
9. Desenvolvimento de lugares resilientes: Garanta a ecologização dos espaços urbanos e construa cidades seguras e resilientes com infraestrutura inovadora menos intrusiva, moradia e mobilidade com eficiência energética de baixa emissão, instalações de gerenciamento de resíduos e serviços civis. Incorpore estratégias prospectivas de redução de risco, planos de adaptação local e avaliações sistemáticas de impacto ambiental em novos projetos.
10. Transição centrada nas pessoas: Propriedade e inclusão: Garanta que os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais sejam mantidos e protegidos, de acordo com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Estabeleça mecanismos para que direitos tradicionais à terra e títulos nativos sejam concedidos onde não há nenhum atualmente. Permita que comunidades afetadas pelo desenvolvimento e projetos tenham propriedade sobre eles.
11. Consumo e economia circular: Acelere a transição para o desperdício zero implementando práticas de economia circular, responsabilidade estendida do produtor e reduzindo o consumo excessivo promovendo padrões verdes e incentivos ao consumidor, como rotulagem de sustentabilidade e 4Rs.¹² Elimine gradualmente os plásticos de uso único sempre que possível, reduza os produtos descartáveis e incentive a reciclagem.

¹¹ A cooperação triangular envolve parcerias impulsionadas por países do Sul entre dois ou mais países em desenvolvimento, com o apoio de um ou mais países desenvolvidos e/ou organizações multilaterais, para implementar programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento.

¹² Os 4Rs referem-se a reduzir, reutilizar, reciclar e repensar.

12. Reduzindo o Impacto da Produção de Alimentos: Incentivar práticas de agroecologia e inovação na agricultura e na indústria alimentícia para melhorar o uso da água e práticas ecologicamente corretas, reduzindo produtos químicos nocivos e emissões biogênicas. Combater o desperdício de alimentos reduzindo a superprodução, incentivando a produção de alimentos naturais de longa duração com cadeias de suprimentos locais e evitando padrões cosméticos.
13. Gestão de resíduos: Garantir o acesso das pessoas à infraestrutura de gestão de resíduos descarbonizada, aprimorando a cooperação internacional. Melhorar a eficiência e a tecnologia para incentivar embalagens e processamentos mais ecológicos de produtos naturais. Doações culturalmente apropriadas de bens com base em ajuda humanitária devem considerar os sistemas locais de gestão de resíduos.
14. Resposta e adaptação a riscos físicos: Expandir a acessibilidade aos cuidados de saúde. Aumentar a conscientização e a pesquisa sobre o impacto do clima na saúde, considerando uma abordagem One Health. Implementar padrões contextuais de saúde e segurança ocupacional e treinamento para mitigar o efeito dos riscos ambientais (poluição do ar/água, calor, doenças). Fortalecer os sistemas de vigilância de dados e riscos ambientais para avaliar e abordar tendências populacionais em diagnósticos de saúde relacionados ao clima, garantindo a privacidade.
15. Comércio: Garantir princípios de comércio justo, aberto e não discriminatório em condições de igualdade, harmonizando ferramentas recíprocas de ajuste de fronteira de carbono nas quais os lucros apoiam os exportadores a reduzir suas emissões. Os acordos comerciais multilaterais devem incluir o desenvolvimento sustentável em todo o processo para fins de proteção trabalhista e garantir padrões de produtos sustentáveis informados pela ciência.

3. REFORMA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA GLOBAL

Em um mundo em crise, reconhecemos a urgência de reformar instituições internacionais para promover a paz e refletir melhor as realidades contemporâneas. Devemos fortalecer o multilateralismo e promover a cooperação internacional dentro de uma agenda coletiva, pois as responsabilidades para enfrentar os desafios globais devem ser compartilhadas. É imperativo incluir os jovens como atores e líderes em discussões e decisões sobre governança global. Defendemos maior transparência e inclusão em instituições internacionais, incorporando atores importantes como a sociedade civil e os jovens, especialmente de países sub-representados. Nós nos esforçamos por uma ordem internacional mais inclusiva, cooperativa e sustentável. Abordar a desigualdade da

governança global é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade econômica.

Nós, o Y20, convocamos os líderes do G20 a:

1. Fomentar a governança do comércio global e facilitar a tomada de decisões, 1) desbloqueando o Órgão de Apelação da OMC, nomeando os juízes ausentes, 2) aumentando a transparência do órgão, tornando pública sua decisão, construindo assim uma jurisprudência de longo prazo; 3) reconhecer um princípio de "tomada de decisão de massa crítica"¹³ para a maioria das decisões possíveis.
2. Promover estruturas sustentáveis para o desenvolvimento de infraestrutura para auxiliar ainda mais os países de baixa e média renda, identificando uma plataforma reconhecida internacionalmente para demonstrar as melhores práticas sustentáveis e fornecer assistência técnica, conforme e quando solicitado.
3. Estabelecer uma estrutura para cooperação internacional para proteger e gerenciar cadeias de suprimentos essenciais, garantindo acesso justo a bens vitais como alimentos, água, suprimentos médicos e tecnologias-chave. Esta iniciativa se concentra em proteger os interesses das nações menos desenvolvidas,¹⁴ compartilhando informações sobre vulnerabilidades da cadeia de suprimentos e aumentando a resiliência coletiva.
4. Enfatizar que a reforma do sistema de governança global requer reformas mais amplas do sistema do Banco Multilateral de Desenvolvimento para incluir financiamento climático internacional e melhorar sua acessibilidade e preço.
5. Garantir que a participação significativa dos jovens seja aumentada dentro das instituições intergovernamentais, abrangendo todos os setores da governança internacional. Incentivamos os estados do G20 a cooperar com as diretrizes de engajamento significativo dos jovens, conforme descrito nas estruturas da ONU.¹⁵ Também incentivamos a implementação de ferramentas de avaliação de impacto.
6. Abster-se de usar IA para fins de guerra ofensiva. Reconhecendo a multifacetada IA, estamos profundamente preocupados com seu uso em guerras e desinformação. Reconhecendo a literatura existente,¹⁶ pedimos mais mecanismos de governança

¹³ "Critical mass decision making": 1) "<https://ir.lib.uwo.ca/cgi/viewcontent.cgi?article=10662&context=etd>
2) https://eprints.lse.ac.uk/90405/1/Basedow_WTO%20and%20plurilateralism_2018.pdf. Accessed: 08/16/2024.

¹⁴ Lista dos países menos desenvolvidos da ONU: <https://unctad.org/topic/least-developed-countries/list>. Acesso em: 16/08/2024.

¹⁵ "Our Common Agenda: Policy Brief 3" e "Youth Peace and Security Agenda".

¹⁶ Convenção sobre Certas Armas Convencionais relativas a armas autônomas letais: <https://disarmament.unoda.org/the-convention-on-certain-conventional-weapons/>. Acesso em: 16/08/2024.

global e uma moratória global na AGNU sobre os usos de IA em todas as guerras ofensivas.

7. Apoiar a implementação de um cessar-fogo imediato em Gaza com a libertação de todos os reféns e todos os prisioneiros sujeitos a detenções arbitrárias, retirada das forças israelenses de Gaza e fornecimento de assistência humanitária em linha com o Conselho de Segurança da ONU na Resolução 2735 de 10 de junho de 2024.
 8. Pedir a intensificação dos esforços diplomáticos para a resolução pacífica dos conflitos em andamento, priorizando a construção da paz, igualdade, colaboração e assistência humanitária. Os líderes devem prevenir todas as formas de guerra, incluindo a nuclear, e buscar acordos pacíficos para disputas territoriais e políticas.
 9. Reforçar com o objetivo de acabar com o colonialismo em todas as suas formas e manifestações, princípios do direito internacional como soberania igualitária, integridade territorial e não interferência em assuntos domésticos. Também incentivamos processos de reconciliação justos e a participação ativa dos jovens na prevenção e resolução de conflitos.
 10. Considerando os efeitos prejudiciais da desigualdade extrema no progresso econômico global, pedimos aos estados-membros e observadores que promovam a tributação progressiva sempre que aplicável aos sistemas econômicos dos estados. Incentivamos fortemente os países a continuarem os esforços para combater a evasão fiscal e o uso ilegal de paraísos fiscais.
 11. Tomar medidas urgentes sobre o comércio ilegal de armas, que alimenta conflitos e instabilidade econômica, afetando desproporcionalmente comunidades vulneráveis. Pedimos regulamentações mais rigorosas sobre a venda de armas e responsabilização para aqueles que lucram com a violência para promover a estabilidade e a paz globais.
 12. Priorizar tanto a consideração do impacto adverso sobre as populações civis quanto às implicações de longo prazo de medidas coercitivas unilaterais. Aspiramos por um mundo onde as sanções sejam impostas pelo sistema multilateral e sejam restringidas de uma forma que proteja as populações civis e o futuro sistema de cooperação global.
 13. Abordar coletivamente as causas raízes da migração em massa. Defendemos estratégias multilaterais, incluindo melhorias sistêmicas no desenvolvimento, estabilidade econômica, ação climática e direitos humanos para que a migração seja uma escolha, não uma necessidade, promovendo estabilidade e prosperidade globais.
-

14. Reformar as Nações Unidas para que sejam mais inclusivas, representativas, transparentes, responsáveis e garantem representação geográfica equitativa para refletir as realidades contemporâneas.
15. Considerando o impacto catastrófico do uso de armas nucleares em populações civis, afirmar que a energia nuclear deve ser usada para fins pacíficos. Também pedimos que os líderes colaborem para a redução global do investimento em armamentos nucleares.¹⁷

4. INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Nós, os jovens dos Estados do G20, imaginamos um mundo onde a equidade, o respeito e a dignidade são a base da sociedade global. Estamos unidos em nosso compromisso de promover uma cultura de inclusão e diversidade, onde a empatia e a aceitação transcendem fronteiras e os direitos de cada indivíduo são defendidos. Acreditamos em uma educação que respeita a riqueza de todas as culturas e histórias, capacitando as gerações futuras a abraçar e celebrar a diversidade. Em nosso mundo conectado, vemos a inclusão digital como uma porta de entrada para a oportunidade, especialmente para aqueles em comunidades carentes ou vulneráveis,¹⁸ garantindo que ninguém seja deixado para trás. Nossa visão é um mundo livre de radicalismo, racismo e discriminação — um mundo onde o diálogo inter-religioso é promovido, as comunidades indígenas e étnico-raciais são protegidas e seus direitos respeitados. Imaginamos uma sociedade onde a saúde mental não é mais estigmatizada, onde todos têm acesso a políticas de assistência e com iniciativas para combater a pobreza menstrual. Sonhamos com um futuro em que as pessoas com deficiência sejam totalmente incluídas, em que as mulheres liderem igualmente na força de trabalho e em funções de tomada de decisão, e em que todas as formas de violência e discriminação sistêmica sejam erradicadas. Acreditamos em um mundo que acolha migrantes e refugiados, oferecendo a eles a educação, o emprego e as casas de que precisam para prosperar. Ao reafirmar nossos ideais, apoiamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Defensores dos Direitos Humanos, inspirados por seus princípios e dedicados a proteger os direitos, a dignidade e a liberdade de expressão de cada indivíduo.

Nós, o Y20, convocamos os líderes do G20 a:

¹⁷ O espírito desta proposição visa à redução dos arsenais nucleares em todo o mundo, com vários países expressando apoio para a redução completa.

¹⁸ A definição de grupos vulneráveis não é universalmente acordada e é estabelecida de acordo com os costumes, culturas, leis e estruturas legais de cada país. Pode incluir pessoas sistematicamente excluídas devido a, mas não se limitando a: gênero, deficiência, crenças culturais, valores, etnia, religião e raça.

1. Combater todas as formas de violência (física, sexual, verbal, emocional, cibernética), conforme definido pelo ODS 5,¹⁹ especialmente para meninas, mulheres e pessoas em situações vulneráveis* por meio do desenvolvimento de programas que garantam espaços virtuais, públicos e privados seguros. Defender campanhas de conscientização para combater a discriminação sistêmica para superar a desigualdade.
2. Descolonizar currículos integrando perspectivas culturais, históricas e indígenas precisas, abordando o racismo sistêmico e promovendo competências interculturais. Isso inclui aplicar políticas que proíbam a discriminação religiosa e cultural e garantir a acessibilidade acomodando as necessidades individuais.
3. Aumentar e incentivar a representação e participação dos jovens em governos locais, regionais e nacionais e ONGs por meio do estabelecimento de diversas iniciativas de engajamento (por exemplo, parlamentos juvenis e conselhos consultivos), facilitando parcerias público-privadas para financiar auxílio financeiro, compensação justa e capacitação. Promover vários idiomas oficiais em instituições, quando aplicável, para garantir representação.
4. Expandir o acesso a serviços de saúde mental abrangentes, equitativos e culturalmente sensíveis, incluindo: alavancar tecnologia e telessaúde, quando apropriado, especificamente para jovens indivíduos, grupos e comunidades vulneráveis; integrar educação em saúde mental, serviços fornecidos e Aprendizagem Sócio Emocional nas escolas; e investir em campanhas de conscientização pública para desestigmatizar a saúde mental.
5. Integrar migrantes e refugiados com acesso à educação de qualidade, emprego significativo, moradia adequada e oportunidades de renda justa em ambientes inclusivos. Estabelecer programas sustentáveis com financiamento adequado para apoiar a adaptação de longo prazo, credenciar qualificações e envolver comunidades por meio de alcance abrangente para construir inclusão social e eliminar a discriminação.
6. Promover eticamente a inclusão digital e a alfabetização para jovens, especialmente em comunidades carentes, formando parcerias público-privadas que apoiem a infraestrutura digital. Desenvolver alfabetização digital responsável em centros locais, unidades móveis de treinamento e implementar padrões nacionais e globais de acessibilidade de conteúdo da web para garantir acesso equitativo a informações confiáveis.

¹⁹ A referência aos ODS nesta recomendação política é principalmente para fins de definição, é não vinculativa e não requer a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, de acordo com as políticas e prioridades de cada país.

7. Fornecer programas de educação e treinamento cientificamente precisos, culturalmente sensíveis e especializados para estudantes, profissionais de saúde e pais. Esses programas devem abordar questões específicas dos jovens, com foco na violência sexual, prevenção de abuso físico e psicológico e informações de segurança, adaptadas para atender às diversas necessidades e sensibilidades culturais de várias comunidades.
8. Garantir acesso subsidiado²⁰ a produtos menstruais²¹ para garantir a dignidade menstrual, ao mesmo tempo em que empodera as comunidades por meio de políticas públicas e parcerias público-privadas focadas em resultados tangíveis. Compartilhar melhores práticas e soluções inovadoras (por exemplo, produtos reutilizáveis e embalagens sustentáveis). Implementar planos de ação ativos culturalmente sensíveis para acabar com a pobreza menstrual e a estigmatização.
9. Incentivar os países do G20 a garantir acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar,²² informação e educação, e a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais, usando o ODS 3.7 como uma estrutura de definição.
10. Prevenir discriminação, xenofobia e radicalização com base em etnia, religião, raça e local de nascimento. Reforçar políticas antidiscriminação e anti discurso de ódio lançando campanhas educacionais; implementar políticas de segurança na internet complementadas com cuidados informados sobre traumas; e desenvolver programas de reabilitação e reintegração para empoderamento financeiro sustentável e engajamento comunitário. Garantir a proteção de territórios e comunidades indígenas e étnico-raciais.
11. Garantir acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência e dificuldades de aprendizagem na educação, especialmente em campos sub-representados (por exemplo, STEM); emprego; e transporte público, equipando infraestrutura, pessoal adequado, recursos e materiais. Desenvolver e implementar padrões nacionais para acessibilidade digital e adotar campanhas de conscientização pública, práticas inclusivas e programas de treinamento sobre direitos das pessoas com deficiência.
12. Garantir a inclusão equitativa de mulheres no mercado de trabalho e sua representação e participação em governos locais, regionais e nacionais e ONGs,

²⁰ Para garantir subsídios totais ou parciais para produtos menstruais, os membros devem considerar as capacidades financeiras individuais.

²¹ Produtos menstruais referem-se a todos os materiais de higiene aplicáveis, como absorventes (reutilizáveis e descartáveis), copos menstruais reutilizáveis, entre outros, que são utilizados para absorver o fluxo menstrual.

²² O planejamento familiar é definido como a informação, os meios e os métodos que permitem às famílias decidir livremente se e quando ter filhos.

garantindo sua participação significativa em papéis de liderança e tomada de decisão. Abordar disparidades salariais e promover uma abordagem equitativa e cultural para contratar, reter e compensar talentos de forma competitiva.

5. INOVAÇÃO E FUTURO DO TRABALHO

Como membros e convidados do Y20, reconhecemos o papel fundamental dos jovens na formação da inovação e do futuro do trabalho. Ao promover a resiliência e reforçar as habilidades técnicas, pretendemos equipar as gerações atuais e futuras com os mecanismos necessários para prosperar em um mundo diversificado e em rápida mudança, especialmente entre pessoas em situações vulneráveis. Todos os jovens devem ser capacitados para garantir que estejam preparados para o futuro do trabalho e tenham a capacidade de tomar decisões informadas para o benefício de si mesmos e da sociedade. Esses esforços são cruciais no desenvolvimento de um conjunto de talentos altamente qualificados que impulsionará a inovação, promoverá o crescimento sustentável inclusivo, promoverá a digitalização, garantirá acesso equitativo a oportunidades econômicas, defesa dos direitos trabalhistas, capacitará o empreendedorismo e garantirá um futuro próspero para todos. À medida que a automação e as tecnologias emergentes redefinem o futuro do trabalho, reconhecemos a importância de adaptar os caminhos acadêmicos e estabelecer caminhos para carreiras que sejam relevantes e adequadas ao propósito. Equipar os jovens com uma compreensão profunda da inovação — por meio de experiência prática com ferramentas de ponta — criará confiança, desbloqueará novos modelos de trabalho, colocando-os na vanguarda do avanço científico e tecnológico e garantindo que cresçam como cidadãos capazes e independentes.

Nós, o Y20, convocamos os líderes do G20 a:

1. Capacitar jovens inovadores e empreendedores, em linha com a digitalização e o crescimento econômico. Isso deve incluir: simplificar o processo de criação de negócios, reformar o mercado de capitais para diversificar as opções de financiamento e focar no impacto socioambiental e na declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento.
2. Adaptar os Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE²³ para fortalecer o engajamento entre o setor produtivo e os jovens talentos, permitindo o planejamento de continuidade para o crescimento da liderança e progressão de funções, e estabelecendo conselhos consultivos dedicados para atingir resultados de longo prazo.

²³ OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

3. Construir uma taxonomia ética global para o desenvolvimento da Inteligência Artificial em suas implicações políticas, de segurança e informacionais, criando 1. Estruturas de auditoria de IA para sistemas de IA justos, responsáveis e imparciais; 2. Medidas para garantir uma transição justa para os trabalhadores; e 3. Comissões nacionais que analisam o impacto da IA e propõem estruturas regulatórias nacionais.
4. Capacitar os cidadãos em seu relacionamento com plataformas e seu uso de dados pessoais, incluindo: 1. Desenvolver padrões éticos de gerenciamento de dados e soberania para permitir que os cidadãos protejam ativamente sua privacidade; e 2. Examinar a viabilidade de estabelecer propriedade privada sobre os dados pessoais de cada indivíduo.
5. Promover a inovação facilitando os testes de tecnologias de blockchain, particularmente por meio do uso de metodologias de prova de participação. Essa abordagem pode facilitar a experimentação e o desenvolvimento de casos de uso além de organizações multilaterais.
6. Desenvolver uma rede de jovens inovadores e cientistas abordando desafios globais. Promover colaboração e comunicação por meio de pesquisa conjunta, troca de ideias e integração entre esses jovens profissionais e construir plataformas internacionais, como uma Cúpula de Inovação Juvenil.
7. Proteger o bem-estar e os direitos dos trabalhadores por meio de: 1. Garantir locais de trabalho justos e aumentar a igualdade de carreira; 2. Estabelecer ambientes de trabalho saudáveis e seguros por meio de políticas e programas de saúde mental e física para jovens e responsáveis; e 3. Promover acordos de trabalho flexíveis, por exemplo, "direito de se desconectar", trabalho híbrido e horários flexíveis.
8. Endossar o Roteiro da Juventude do G20 2025 para apoiar o G20 Global Youth Antalya na redução do número de jovens em risco afetados pela desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho em 15%. Instamos a OIT²⁴ e as organizações multilaterais a monitorar essas questões e promover a aceitação das principais convenções da OIT por meio do diálogo social.
9. Garantir que a IA seja usada para melhorar a qualidade do trabalho em contexto relevante e, reconhecendo a importância de dignificar o trabalho manual, os países do G20 devem incentivar investimentos e melhorias para atividades não automatizáveis, desenvolvendo e projetando programas de investimento em setores onde o toque humano é insubstituível, por exemplo, saúde, turismo e educação.

²⁴ OIT - Organização Internacional do Trabalho.

10. Reconhecer o papel crítico dos trabalhadores de plataforma na economia global e a necessidade de proteção aprimorada e trabalho decente. Criar uma nova convenção da OIT por meio de consultas tripartites que confirme uma definição unificada de trabalhadores temporários, reconheça sua plataforma de trabalho como uma ferramenta do negócio e exija direitos trabalhistas para os funcionários da plataforma.
11. Investir em um fundo permanente para financiar associações nacionais e internacionais que promovam a educação de meninas em disciplinas STEM,²⁵ incentivar iniciativas que combatam estereótipos e estabelecer mecanismos que facilitem o acesso a créditos bancários por meio de subsídios governamentais para reduzir barreiras para mulheres empreendedoras em STEM.
12. Propor o estabelecimento de caminhos e iniciativas de requalificação para jovens ganharem experiência de trabalho em setores em demanda, como economia verde, finanças, IA, Blockchain e STEM por meio de parcerias com as principais partes interessadas (incluindo, mas não se limitando ao setor público, setor privado e sociedade civil), como PPPs,²⁶ incentivos fiscais e monetários.
13. Elevar o desenvolvimento de habilidades e a empregabilidade de jovens, apesar de seu acesso relevante ao ensino superior por meio de educação profissional credenciada para fornecer princípios, competências e técnicas direcionados e práticos, adaptados a setores específicos, como saúde, TI, comércio ou manufatura.

Considerações Finais

A juventude do Y20 escolheu construir juntos os ideais para um futuro global, em vez de focar em interesses individuais e nacionais. Acreditamos que a adaptabilidade e a flexibilidade, características inerentes à juventude, devem servir de inspiração para os chefes de Estado em seus processos de tomada de decisão. Nós, como representantes da juventude do G20, submetemos nossas propostas à consideração dos Líderes do G20, com a firme convicção de que elas contribuirão para a construção de um futuro mais seguro, pacífico, justo, inclusivo, equitativo e sustentável. Estamos determinados a garantir que todos os jovens tenham as ferramentas, o apoio e o espaço necessários para atingir seu pleno potencial.

Assinam essa carta os chefes de delegações:

²⁵ STEM - Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

²⁶ PPPs - Parcerias Público-Privadas.

Alemanha - Lisa Mastiaux, África do Sul - Lutfiyya Dean, Arábia Saudita - Albalawai Duaa Albalawai, Argentina - María Guadalupe Dadamio, Austrália - Elina Forsyth, Brasil - Philippe Diogo Alves da Silva, Canadá - Jean-Michel Athot, China - Xiaoyu Zhang, Coreia do Sul - Che Yeon Kim, Estados Unidos - Laura Mendoza, França - Cécile Genot, Índia - Varun Jhaveri, Indonésia - Sheilla Njoto, Itália - Federica Ricciardello, Japão - Tamura Hiroki, México - María José Padilla Soberón, Reino Unido - Thomas Richard Maidment, Rússia - Anna Ivanova, Turquia - Dogus Mordeniz, União Africana - Christopher C Seagateng e União Europeia - Laura Serrano Folguera.

Com contribuições dos países convidados e observadores:

Angola - Justino Capapinha, Espanha - Claudia Lera García, Portugal - André Marafona Cardoso e Singapura - Goh Jen.